

Governo prevê investir R\$ 1,3 bi no metrô

Nova linha terá 5 quilômetros e vai de Pirajá até Águas Claras/Cajazeiras

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

O governo do Estado está prevendo investir R\$ 1,3 bilhão, segundo o secretário da Casa Civil, **Bruno Dauster**, para construir o chamado Tramo 3, a nova linha do metrô de Salvador que vai de Pirajá até Águas Claras/Cajazeiras. A licitação será neste primeiro semestre do ano, mas a data ainda não foi definida.

A ligação Pirajá - Águas Claras/Cajazeiras terá 5 km de extensão e mais duas estações, beneficiando diretamente os bairros do entorno da BR-324. As obras devem durar dois anos, a partir da assinatura de contrato, e finalizadas até o fim de 2020. A expectativa é de que o novo trecho possa alcançar 118 mil passageiros por dia.

O chamado Tramo 3 será implantado pelo lado esquerdo da rodovia BR-324, no sentido Salvador - Feira de Santana, tendo início no KM-622, em Pirajá, e final no KM-616, próximo ao viaduto de Águas Claras.

PROJETOS

Conforme recentes declarações do governador Rui Costa, a ampliação da Linha 1 está ligada aos novos projetos de transporte, que estão sendo previstos ou executados, tais como os sistemas BRT das Avenidas 29 de Março e Gal Costa e o VLT da região do Subúrbio Ferroviário, bem como a futura Estação Rodoviária de Salvador, que também será construída em Águas Claras.

Dentro do projeto de ampliação da linha 1, duas



MOBILIDADE

As obras devem durar dois anos, a partir da assinatura do contrato, e finalizadas até o fim de 2020

passarelas de pedestres, localizadas nas proximidades da loja Makro e em Campinas, passarão por reforma e adequação. Duas outras, em Campinas e Águas Claras, serão construídas para atender à demanda que será criada com o metrô.

Além disso, estão previstas obras de ampliação do ramo esquerdo do trevo de Campinas; implantação do sistema de drenagem ao longo da linha do metrô; urbanização e paisagismo, tanto ao longo da linha quanto na via marginal; estações e terminal de integração

da Linha 2 (Acesso Norte - Aeroporto).

RODOVIÁRIA

A construção da nova rodoviária de Salvador, também no bairro de Águas Claras está prevista será um investimento privado da ordem de R\$ 120 milhões. A licitação é de responsabilidade da Agerba/Seinfra e a empresa vencedora terá a missão de entregar uma rodoviária "novinha em folha" no mesmo tempo que o metrô estiver sendo concluído.

O novo Terminal Rodoviário fará ligação com o

metrô. "Todos os ônibus, interestaduais, interurbanos e metropolitanos vão parar de engarrafar a nossa capital", comentou Rui Costa, quando fez o anúncio do novo equipamento público.

Ainda de acordo com o chefe do Executivo, "o objetivo é fazer do terminal uma grande estação de integração, sendo a maior do Norte-Nordeste. Será moderno, amplo e estará nos moldes de conforto de terminais de aeroportos", explicou. Após o início da operação comercial da nova rodoviária estima-se que o terminal irá receber 39 mil passageiros por dia.

MODAL

Neste primeiro semestre também estará nas ruas a licitação do VLT (Veículo Leve sobre Trilho) do Subúrbio, que vai substituir o atual sistema de trens, que atende o público da Calçada até Paripe.

Com 18,5 quilômetros de extensão e 21 estações, o novo modal de transporte beneficiará mais de 1,5 milhão de moradores do Subúrbio Ferroviário, chegando ao Terminal da França, no bairro do Comércio. Sua implantação será vital na revitalização da Baía de Todos-os-Santos.

CENÁRIO

Mercado imobiliário debate sobre insegurança jurídica

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Multipropriedade; Condomínio de lotes; Condomínio de construção; Alienação fiduciária; e Regularização de áreas. Esses foram os temas debatidos pelo Instituto Baiano de Direito Imobiliário (IBDI), nesta quinta-feira 12, no auditório do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), no bairro da Pituba, em Salvador.

A diretora do IBDI, Paula Tanajura Teixeira destacou que a proposta levada aos empreendedores do setor foi a de mostrar que, "no atual momento, o cenário jurídico é bastante positivo, em relação aos anos anteriores; que os riscos diminuíram e há mais segurança jurídica para novos investimentos".

Paula Tanajura reconheceu que, além das notícias positivas levadas ao público - formado na sua maioria por engenheiros, arquitetos, advogados e empreendedores -, o evento do IBDI proporcionou uma oportunidade de integração entre as partes, em especial, com os órgãos federais, municipais e estaduais do setor.

ATUALIZAÇÕES

Iniciado às 9 horas, o debate abordou, ainda, temas tais como atualizações legislativas e o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia. "Conseguimos mostrar que o diálogo constrói. E com um cenário jurídico mais estimulante, é hora do empreendedor investir novamente na construção civil", justifica a diretora.

Subsecretária de Desenvolvimento Urbano de Salvador, Mila Paes Scartoni disse que o município está montando uma equipe multidisciplinar com técnicos de várias secretarias para atacar, em definitivo, a questão fundiária da capital baiana. Segundo ela, 20% das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) estão irregulares.

"Com base na Lei federal nº13.465 (Reurb), a Prefeitura pretende construir uma legislação municipal para regulação dessas áreas e traçar, paralelamente, um plano a ser executado imediatamente à aprovação da lei municipal", explicou.

INFORMALIDADE

Ao seu lado, o oficial do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Sal-

vador, Mauricio Lopes Filho comemorou a vigência da legislação federal, "que possibilita a simplificação da documentação para regularização de imóveis".

A Lei do Reurb (nº13.465) vem para reduzir a informalidade da propriedade e da construção, pela simplificação da documentação. "Permite, também, o direito de laje, que já causou uma série de problemas na vida das pessoas, que constroem os seus 'puxadinhos'".

O Oficial de registro de imóveis lembrou que toda propriedade tem um fundo social atrelado à comunidade onde se encontra. E fez alusão ao recente acidente em Pituaçu, que vitimou quatro pessoas, causando, por extensão, desabrigo a outros moradores que tiveram as suas casas demolidas pelo risco de novos desabamentos.

"Com a regularização simplificada dos imóveis, quem ganha com isso é toda a cadeia econômica. Desde o proprietário até o mercado imobiliário, passando pela comunidade onde o terreno se encontra além de possibilitar o incremento da economia baiana", finaliza.

Foto: Romildo de Jesus



EXPECTATIVA

Cenário jurídico é bastante positivo

MANIFESTO DO SETOR PRODUTIVO BAIANO

"SALVADOR NÃO PODE PARAR"

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia - **Fecomércio-BA**, a Associação Comercial da Bahia - **ACB**, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador - **CDL**, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia - **FCDL** e a Federação da Agricultura do Estado da Bahia - **FAEB** - maiores entidades representativas do comércio e da agricultura no Estado- se unem para chamar a atenção do poder público e da sociedade para os prejuízos à cidade do Salvador decorrentes de manifestações ideológicas como a que ocorreu nesta quarta-feira (11/04) e a que está programada para esta sexta-feira (13/04).

Deixamos claro que não somos contrários a qualquer tipo de manifestação pública, entretanto defendemos que o direito de ir e vir do cidadão soteropolitano deve ser preservado. É inaceitável que tais atos provoquem a interdição das principais vias da capital, em pleno horário comercial, impedindo o funcionamento dos estabelecimentos, causando prejuízos para empresários, profissionais liberais e a sociedade em geral. Enfim, perdas que repercutem em toda a atividade econômica numa fase em que o setor produtivo está buscando, mesmo que ainda a passos lentos, retomar o crescimento e a geração de empregos e renda.

Face ao exposto, solicitamos ao poder público uma melhor coordenação para essas manifestações, com o objetivo de garantir a ordem pública e o direito de ir e vir de todos os cidadãos.

